

Campinas: Organizações feministas repudiam banalização da violência contra mulheres

Organizações feministas e movimentos sociais que defendem os direitos da mulher organizam ações de repúdio contra o crime do técnico de laboratório Sidney Ramis, de 46 anos, que invadiu a casa onde a ex-esposa, Isamara Fillier, de 41 anos, comemorava o Ano-Novo com amigos e parentes, em Campinas. Ele matou Isamara, o filho João Victor, de 8 anos, e outras dez pessoas. Das 12 vítimas, nove eram mulheres.

[\(Radioagência Nacional, 04/01/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Nessa terça-feira (3), 67 organizações nacionais e internacionais e 44 advogadas envolvidas na defesa dos direitos da mulher divulgaram nota afirmando que houve negligência do Poder Público na proteção à Isamara. A nota lembra que, ao longo de 10 anos, Isamara registrou cinco boletins de ocorrência contra o ex-companheiro por agressão e ameaça, e por abuso sexual contra o filho. O período coincide com a aprovação da Lei Maria da Penha. Em cartas e áudios deixados por Sidney, ele zomba da lei, que chama de Vadia da Penha - a mesma expressão usada para se referir à ex-mulher e outras mulheres da família de Isamara.

Para a advogada Mariana Mei, que é de Campinas e também assina a nota, a narrativa construída por Sidney encontra eco na sociedade e nas instituições públicas brasileiras.

Sonora: “Essa questão da mulher procurar ajuda, procurar delegacias e não conseguir medida protetiva, não é inédito. É recorrente. O que acredito que é um pouco diferente, o que mais chama atenção nesse caso é justamente toda uma narrativa construída para dar uma justificativa ideológica para aquilo que o ex-marido dela cometeu. Uma justificativa que é aceita e é reproduzida por parte da sociedade, como a gente vem acompanhando nas redes sociais e até nessas mensagens de Whatsapp que circulam. Eu ouvi de muitas pessoas: Ah! Enfim, será que a culpa não foi dela? Será que ela não inventou essa história do abuso da criança? Assim... como se alguma coisa justificasse alguém entrar numa festa de réveillon e atirar contra todas as pessoas que estão ali presentes com o objetivo de matar.”

Para reforçar o argumento, Mariana lembra de casos como a menção de repúdio aprovada pela câmara de vereadores de Campinas, por 25 votos a CINCO, contra a questão da prova do Exame Nacional do Ensino Médio de 2015 (Enem), que citou a filósofa e feminista francesa Simone de Beauvoir.

Sonora: “Eu acho que existe uma responsabilidade sim, moral, do Poder Público de uma maneira geral. Tanto do executivo, quanto do legislativo e muitas vezes do judiciário, na medida em que também negligenciam um pouco esses pedidos de ajuda que chegam ali nos guichês da polícia, nas delegacias da mulher.”

Em Campinas, está sendo organizada uma passeata para esta quinta-feira (5). O ato é encabeçado pelo Centro de Referência e Apoio à Mulher (Ceamo), ligado à prefeitura da cidade. Segundo Elza Frattini Montalli, coordenadora do centro, o objetivo é prestar

solidariedade, mas também reforçar a luta contra o machismo.

Sonora: “Neste momento, a gente procura expressar nossa solidariedade aos familiares e aos amigos da vítima. Nós queremos também manifestar nosso repúdio à banalização da violência contra as mulheres. Nós estamos, no momento, em choque, pelo fato acontecido, por esse feminicídio, que choca, que nos atinge também a todas nós mulheres, acho que toda a sociedade. Nosso intuito é reafirmar a nossa luta pelo combate à violência, pelo combate à cultura machista, para a implementação de projetos de educação, projetos que trabalhem mais a prevenção, mostrando nossa indignação contra esse fato, e de certa forma dizer que nós não recuamos, que nós todas, mulheres, tanto os movimentos, quanto a sociedade civil, estamos dispostas a encarar a violência e fazer o que possível para mudar essa cultura machista e patriarcal que a gente vive, não só aqui em Campinas, mas no Brasil todo.

Tanto a coordenadora da Ceamo, como outras feministas, como a blogueira Lola Aranovich, reivindicam que o crime deixe de ser chamado de chacina e passe a ser adotada a expressão feminicídio para se referir à tragédia de Campinas.

Por Eliane Gonçalves

Precisamos falar sobre feminicídio, por Luciana Boiteux

A Chacina de Campinas teve como vítima Isamara Fillier, alvo de seu ex-marido (ao lado de outras 8 mulheres, 2 homens da família e seu filho, João Vitor, de 8 anos), que a culpava pela separação. A motivação foi misógina: se deve ao fato dela e das demais mulheres de sua família serem mulheres, chamadas por ele de “vadias”. Contudo, os meios de comunicação não usaram o termo feminicídio ao noticiarem o crime.[1]

Feminicídio é a mais grave forma de violência contra a mulher, tendo esse termo sido usado pela primeira vez por Russell em 1976[2], com o objetivo de chamar a atenção e retirar a invisibilidade do assassinato de mulheres. No Brasil, foi incluído pela primeira vez no Código Penal em 2015.[3] As estatísticas são alarmantes: 5o. lugar no ranking de mortes de mulheres, sendo que 4 em cada 10 mulheres, com 18 ou mais anos de idade, foram mortas pelo parceiro ou ex-parceiro.[4]

É urgente dar visibilidade a essas ocorrências, frutos da cultura machista que naturaliza as opressões e a violência de gênero. São claras as diferenças quando a vítima letal é uma mulher e a motivação do crime é essa. Enquanto a maioria dos homens são mortos por arma de fogo, na rua, por pessoas desconhecidas, as mulheres são vítimas de agressões em seus domicílios, por parceiros ou ex-parceiros, sendo menor o uso de armas de fogo e mais comum contra elas a utilização de força física, estrangulamento/sufocação ou objetos perfuro-cortantes (WAISELFISZ 2015). É muito comum que vítimas de feminicídio tenham sofrido violência doméstica anterior, como ocorreu com Isamara.[5]

A violência de gênero, típica da cultura patriarcalista, tem por base a divisão sexual do trabalho, que tolera que o homem use de violência para corrigir comportamentos femininos contrários aos papéis esperados de mulher submissa, mãe e dona de casa.[6] A vítima é vista como culpada pela agressão que sofre, por seu comportamento inadequado, “obrigando” o homem a provar sua “masculinidade”.

A violência do feminicídio é estrutural e não apenas individual ou patológica, pois o que move esse ódio é acima de tudo a manutenção da dominação masculina, como se viu em Campinas.

Infelizmente, apesar dos avanços legislativos e da luta feminista[7], as estatísticas de feminicídio só aumentaram em nosso país desde a década de 1980, especialmente entre mulheres negras, cujas taxas cresceram 54,8%, ao lado da redução em relação às brancas em 9,8% (WAISELFISZ 2015). Apesar da previsão de direitos das mulheres na Constituição de 1988, e da Lei Maria da Penha de 2006, que criou mecanismos de proteção à mulher, tais avanços não foram suficientes.

No feminicídio de Campinas, o assassino, que se suicidou em seguida, deixou cartas (que não deviam ter sido publicadas) de conteúdo misógino que atestam seu ódio premeditado (ele trazia consigo munição extra para sua pistola 9 milímetros e tinha 10 explosivos). Não foi um crime “passional”, nem os alvos foram os dois homens ou a criança. Ele confessou que queria matar Isamara e as mulheres da família e justificou seu ato pelo inconformismo com a separação (apesar de já estar em outro relacionamento) e pelo “injusto” afastamento do filho, cuja visita autorizada judicialmente era (com acerto) monitorada, por suspeitas de abuso sexual.

Mas a culpa é sempre das mulheres... seja da roupa que usamos ou da forma como nos comportamos. O feminicida se considerava um homem de bem, acusou sua ex de alienação parental e ainda citou a lei “vadia” da Penha, se dizendo vítima de um “sistema feminista” (!). Lamentava a separação do filho, que dizia amar, mas que matou sem dó nem piedade, mencionando Deus e a Bíblia. Em trechos das cartas repete clichês e discursos conservadores, como se lê todos os dias nas redes sociais.

Em resumo, machismo mata, e o feminismo é cada vez mais necessário. É urgente a efetivação de políticas públicas para mulheres, a prevenção, debater machismo e gênero nas escolas, lutar contra o preconceito e todas as opressões raciais e sexuais para prevenir a violência de gênero e impedir que políticos oportunistas e misóginos se aproveitem dessa onda social de frustração para instrumentalizar ódio nas redes sociais, nas quais o machismo, o racismo e o preconceito são insuflados por discursos populistas e conservadores. A Chacina de Campinas foi um feminicídio, essa palavra precisa estar no texto da notícia e na compreensão das pessoas, para visibilizar o seu significado e permitir a adoção de medidas concretas para impedir sua prática.

Luciana Boiteux é professora associada de Direito Penal da Universidade Federal do Rio de Janeiro, feminista e militante da Partida.